



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682318 - SP (2021/0231887-4)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR  
CONVOCA DO TRF 1ª REGIÃO)  
IMPETRANTE : SANDRA BENTO FERNANDES CAMARGO  
ADVOGADO : SANDRA BENTO FERNANDES CAMARGO - SP260450  
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PACIENTE : HIGOR FERRARI DOS SANTOS (PRESO)  
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HIGOR FERRARI DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1502165-41.2019.8.26.0628).

O paciente foi condenado às penas de 5 anos de reclusão, no regime inicial fechado, e de 500 dias-multa, pela prática do delito do art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Neste *writ*, a impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, em razão do estabelecimento do regime prisional fechado, sem amparo em fundamentação idônea.

Alega que o paciente é primário e as circunstâncias judiciais foram todas consideradas favoráveis, sendo devido o estabelecimento do regime semiaberto, nos termos das Súmulas n. 718 e 719 do Supremo Tribunal Federal e 440 do Superior Tribunal de Justiça.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja abrandado o regime prisional.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, especialmente porque o regime mais gravoso foi estabelecido em razão da gravidade concreta da conduta (grande quantidade de drogas apreendidas - 658,35g de cocaína e 18g de *ectasy*).

É o que se verifica no seguinte excerto do acórdão impugnado (fl. 239):

*Quanto ao regime prisional, de rigor a manutenção da modalidade fechada, pois embora se trate de réu primário, há que se ter em conta a quantidade de entorpecente apreendido na ocasião, também a hediondez do delito de tráfico de drogas circunstâncias que demandam rigorosa resposta penal do Poder Judiciário, ante a grave lesão que causa à saúde pública, além da intranquilidade e insegurança que traz para a sociedade atual.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da

matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência